

STF FORMA MAIORIA POR TETO DE 20% PARA MULTA DE MORA

Já houve caso de aplicação de multa de 150% no país

Por Bárbara Pombo — Brasília

[Leia mais +](#)

RECURSO REPETITIVO

BENEFÍCIOS DO ICMS SÓ PODEM SER EXCLUÍDOS DO IRPJ E DA CSLL SE CONTRIBUINTE CUMPRIR REQUISITOS LEGAIS, DEFINE PRIMEIRA SEÇÃO

Em julgamento de recursos repetitivos (Tema 1.182) realizado nesta quarta-feira (26), a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) considerou não ser possível excluir os benefícios fiscais relacionados ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) – como redução de base de cálculo, diminuição de alíquota, isenção, diferimento, entre outros – da base de cálculo do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), salvo quando atendidos os requisitos previstos no artigo 10 da Lei Complementar 160/2017 e no artigo 30 da Lei 12.973/2014.

[Leia mais +](#)

EMPRESAS TENTAM NO STF BARRAR CONTA DE R\$ 100 BILHÕES

Contribuintes, como Vale e Credit Suisse, conseguem, na Corte, suspender ações à espera de modulação no caso do terço de férias

Por Joice Bacelo — De São Paulo

[Leia mais +](#)

STJ MANTÉM DECISÃO SOBRE DEPÓSITO JUDICIAL

1ª Seção entende que deve incidir IRPJ e CSLL sobre ganhos obtidos com a correção pela Selic

Por Beatriz Olivon — Brasília

[Leia mais +](#)

DIVERGÊNCIA COM STF

VALOR DA SELIC EM REPETIÇÃO DE INDÉBITO COMPÕE BASE DE PIS E COFINS, DIZ STJ

Por Danilo Vital

Os valores decorrentes da aplicação da taxa Selic para corrigir e remunerar tributos pagos indevidamente pelo contribuinte, e devolvidos pelo Fisco, devem compor a base de cálculo de PIS e Cofins, pois integram o total das receitas auferidas pela pessoa jurídica.

[Leia mais +](#)

STF VOLTA A JULGAR SUSPENSÃO DE LIMINARES QUE REDUZIRAM PIS E COFINS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Ministro Alexandre de Moraes apresentou voto vista; placar está em 3 votos a 2 pela Suspensão

Por Beatriz Olivon, Valor — Brasília

[Leia mais +](#)

STJ JULGA CÁLCULO DE ICMS SOBRE ENERGIA

1ª Turma analisa inclusão de valores do Sistema de Bandeiras Tarifárias na base do imposto

Por Beatriz Olivon — De Brasília

[Leia mais +](#)

TRANSMISSÃO ONLINE

1ª TURMA DA CÂMARA SUPERIOR DO CARF TERÁ SESSÕES VIRTUAIS EM MAIO

Sessões terão transmissão ao vivo pela internet. Saiba mais

GABRIEL SHINOHARA

[Leia mais +](#)

GOVERNO LULA PUBLICA MP QUE TAXA RENDIMENTOS NO EXTERIOR PARA COMPENSAR ISENÇÃO DO IR

Haverá duas faixas de cobranças: de 15% sobre a parcela anual dos rendimentos que exceder a R\$ 6 mil e não ultrapassar R\$ 50 mil; e de 22,5% para rendimentos acima de R\$ 50 mil

Por O Globo, Valor — Brasília

[Leia mais +](#)

STJ autoriza exigência de contribuição previdenciária sobre auxílio alimentação

Para ministros, tributo pode recair sobre o benefício pago em dinheiro

Por Beatriz Olivon, Valor — Brasília

[Leia mais +](#)

DRAWBACK

STJ MANTÉM DECISÃO QUE NEGOU ISENÇÃO DE AFRMM NO DRAWBACK

Para ministros, isenção cabe apenas na modalidade suspensão

CRISTIANE BONFANTI

[Leia mais +](#)

DANÇA DAS CADEIRAS

NO STJ, HUMBERTO MARTINS PASSARÁ A INTEGRAR 3ª TURMA E 2ª SEÇÃO

Por Danilo Vital

O Superior Tribunal de Justiça terá uma mudança de composição em seus órgãos julgadores. O ministro Humberto Martins vai trocar os colegiados de Direito Público para assumir cadeira naqueles que se dedicam a temas de Direito Privado. A troca está marcada para 5 de maio.

[Leia mais +](#)

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA

CARF MANTÉM TRIBUTAÇÃO DE BOLSA PARA DEPENDENTE DE EMPREGADO

Decisão representa uma mudança de entendimento em relação à última vez em que o colegiado julgou o tema

MARIANA BRANCO

[Leia mais +](#)

FGTS

MINISTRO NUNES MARQUES PEDE VISTA E JULGAMENTO SOBRE CORREÇÃO DO FGTS É SUSPENSO

Até a interrupção, prevalecia o entendimento do relator de que o fundo deve ter rendimentos similares aos da caderneta de poupança

FLÁVIA MAIA

[Leia mais +](#)

ARRECADAÇÃO E COBRANÇA

RECEITA FEDERAL REGULAMENTA O OFERECIMENTO E A ACEITAÇÃO DO SEGURO-GARANTIA E FIANÇA BANCÁRIA

O novo ato define os requisitos formais e materiais que irão garantir o direito da Fazenda Nacional com clareza e que permitirão a substituição de bens e direitos arrolados ou dados em garantias já formalizadas, inclusive em débitos que estão sendo transacionados, e um melhor atendimento às regras para recebimento do seguro aduaneiro.

[Leia mais +](#)

O Informe Jurídico é um informativo diário elaborado pela ADVOCACIA CELSO BOTELHO DE MORAES contendo uma coletânea das principais notícias de interesse empresarial e da legislação federal, estadual e do Município de São Paulo publicadas nos Diários Oficiais e jornais do país.

Adicione nosso remetente aos seus contatos, pois assim os provedores não classificarão nossas mensagens um spam. "envio.advcbm.com.br".